

A experiência do Nordeste italiano e os territórios produtivos emergentes

Ana Sílvia Rocha Ipiranga(*)

RESUMO

O trabalho propõe uma *leitura* do modelo italiano de organização das médias e pequenas empresas – os ‘distritos industriais’ – privilegiando as discussões atinentes ao ‘capital social’. Neste âmbito se traça um percurso evolutivo ao interno do qual é possível distinguir formas de organização no processo de transformação e desenvolvimento de um sistema distrital a partir da consideração dos seus elementos mais paradigmáticos.

ABSTRACT

This paper proposes reading matter of this italian pattern of organization of median and small enterprise – this ‘industrial districts’ – privileging to the discussions respecting to the ‘social capital’. So in this field is traced an evolution way to this inside from which it is possible to distinguish forms of organizations from a transformation process and a development of districts systems to part from the consideration of its more paradigmatic elements.

Palavras-chave: desenvolvimento local, formas de organizações, médias e pequenas empresas, capital social, governança.

Keywords: local development, forms of organizations, median and small enterprises, social capital, governance.

Introdução

Na assim chamada 'sociedade pós-industrial', amplamente discutida por diversos autores (DRUCKER, P. 1995; HARVEY, D. 1993; SCHAFF, A. 1995; LYOTARD, J. 1989; BECK, U. 1999; GIDDENS, A. 1997; DE MASI, 2000), assistimos às passagens de ênfases, por exemplo: dos recursos tangíveis como meios de produção para aqueles intangíveis - inteligência, conhecimento, criatividade, laboratórios científicos e culturais - da produção de bens para a economia de serviços e da fabricação de produtos materiais para o processamento das informações. Nesta nova forma de organização, o setor econômico dominante flutuará na produção de idéias e fornecimento de serviços: transportes, comércio, finanças, saúde, educação, administração, pesquisa científica, cultura, lazer e turismo. O fator de coesão estará baseado na cidadania, nas redes múltiplas de comunicação, no objetivo comum e na participação no grupo. Neste âmbito, a sustentabilidade será guiada pela informação. Onde for possível, as tecnologias dessa revolução serão a mídia eletrônica e as redes de informação e de computadores. Onde não for possível, o fluxo de informação será local, emergindo de um senso de comunidade e um senso de pertença à terra. O presente estudo se informa a partir da consideração de três pontos teóricos básicos (CASTELLS, 1999):

- o 'paradigma das redes' de empresas e a configuração de um modelo espacial caracterizado pela dispersão e concentração simultâneas de serviços, do delineamento de um novo espaço industrial e da reprodução, desta arquitetura reticular, em centros locais e regionais, de forma que o sistema fique interconectado em âmbito global;

- da ênfase na 'dinâmica global-local' onde as regiões, sob o impulso dos governos, das elites empresariais e locais, organizam-se para competir na economia global e estabelecer redes de cooperação entre as instituições regionais e entre as empresas localizadas na área;

- dos 'sistemas locais', que constituem a premissa principal de uma nova política de desenvolvimento, caracterizando-se por uma pluralidade de setores e por diferentes formas de organização.

Entre estes, um dos mais conhecidos e que doravante constituirão uma base de análise deste trabalho são os 'distritos industriais' que emergiram originariamente no nordeste da Itália.

Propõe-se uma *leitura* do modelo italiano de organização das médias e pequenas empresas a partir da articulação de algumas das suas características principais: a especialização produtiva, a cooperação/competição *pari passu*; o caráter reticular /sistêmico/territorial e a complementaridade entre vida social e vida econômica. Esta primeira seção prossegue privilegiando as discussões atinentes ao 'capital social', *visitando* as contribuições de PUTNAM (1996) e FUKUYAMA (1996), articulado-as com as novas premissas do desenvolvimento local, tendo como base a seguinte proposição: para haver estabilidade política, boa governança e mesmo desenvolvimento econômico, o capital social pode ser tanto ou até mais importante do que o capital físico.

A seguir se traça um percurso evolutivo ao interno do qual é possível distinguir as diferentes formas de organização do processo de desenvolvimento de um sistema distrital - *cluster* - envolvendo médias e pequenas empresas, instituições de ensino e pesquisa, governos e um coletivo de atores local e regional. Na última seção, discutem-se algumas idéias e hipóteses de experimentação na elaboração de projetos a partir do relato da experiência, em curso de realização pelo Centro de Estratégias de Desenvolvimento do Governo do Estado do Ceará, que objetiva a identificação e localização dos 'núcleos produtivos locais' - NLP, ressaltando, enfim, a importância sistêmica destes projetos na promoção, baseada em um conjunto de ações coordenadas, de uma ambiência comunitária favorável ao desenvolvimento desses territórios emergentes.

1 Os "Distritos Industriais" italianos

Verso a metade dos anos setenta, um grupo inicialmente restrito de economistas italianos BECCATINI (1987); BRUSCO (1981 com SABEL, 1986), BAGNASCO (1977), FUÁ (1983), começou a perceber e a teorizar sobre a emergência de um modelo de crescimento, especialmente nos setores tradicionais da indústria manufatureira, que não se enquadrava no todo às idéias correntes da época em que acentuavam as 'fases' de desenvolvimento econômico.

Este se caracterizava pela distribuição territorial de médias e pequenas empresas, configurando uma particular forma de organização produtiva

estritamente ligada à comunidade local¹ e que apresentava em certas circunstâncias um dinamismo surpreendente, tendo como base uma forte identidade associada a poucos elementos, entre eles: a especialização em um setor manufatureiro, a cooperação/competição simultânea entre as empresas, um alto grau de empreendedorismo e a complementaridade entre vida social e vida econômica.

Tendo por base a noção marshalliana² de distrito industrial³, as intuições prementes destes economistas se baseavam na premissa da interação de empresas como território. A hipótese de pelo menos parte destas pesquisas supõe que em muitas indústrias não é a dimensão da empresa mas a qualidade do ambiente local que determina a competitividade do sistema manufatureiro através do escopo, impacto e implicações das inovações e de uma relação positiva entre as fontes de inovações e seus usuários.

O elemento físico, ou ambiental, compreende componentes cultural e intangível, e tangível e infra-estrutural. Os primeiros ligados a identidade local incluindo atitudes, conhecimentos (também tácitos) e estilos (tradição artesanal, canais formais e informais eficientes para a propagação da informação e comunicação, mobilidade entre as posições no trabalho e entre as camadas sociais, alta consideração social pelo lucro e o risco, confiança interpessoal etc).

A parte infra-estrutural compreende aspectos seja material (terrenos para construção, redes de transportes, etc.) como imaterial (disponibilidade de serviços sociais, serviços para a produção, universidades, centros de pesquisa, bancas locais etc).

O 'contexto é crucial' e, desta proposição, surgiram interpretações simultaneamente alternativas e complementares que postulavam a emergência espontânea de um padrão de relações em rede capaz de auto-organização, desencadeando um desenvolvimento autopropulsivo da pequena e média empresa. Algumas

destas interpretações se baseavam na corrente evolucionista SABEL e ZEITLIN 1982; PIORE e SABEL 1984; BARCA e MAGNANI 1989, que focalizavam o tema da 'especialização flexível'; e outras, de cunho mais institucional (BAGNASCO, 1977, BECCATINI, 1978, FUÁ-ZACCHIA 1983, BRUSCO, 1989), que descreviam a média e pequena empresa não em isolamento mas em uma intrincada teia de relações ou sistemas territorialmente radicados.

Os distritos industriais são importantes socialmente porque estes se constituem como lugares de cooperação e formação de redes. *O elemento rede e o caráter sistêmico* dos distritos industriais concretizam-se na interação localizada entre uma comunidade de pessoas - dotadas de identidade historicamente definidas e de particulares valores, regras, instituições - e uma população de pequenas empresas, especializadas em um certo setor e organizadas em um modo, segundo regras em parte idiossincrásicas, que consente uma maior eficiência e flexibilidade do processo produtivo, com melhorias conseqüentes na qualidade dos produtos.

Este conjunto de redes de relações de variadas espécies, locais e 'endógenas', contribuem para a consolidação do 'meio de inovação'⁴ e seu dinamismo, e daí emergem as economias e organizações externas às empresas individuais, constituindo a vantagem competitiva dos distritos.

Na área da globalização a localização 'aberta', o pensar em termos de rede e de sistema consiste em um recurso para afrontar a concorrência. *A cooperação/competição simultânea entre empresas é um outro elemento* que evidencia a forma associativa e cooperativa como fator de competição: desdobramentos de novos processos de internacionalização a partir da dinâmica do desenvolvimento setorial da rede local *versus* a rede global delineiam novos espaços industriais e novas formas espaciais, onde *os fluxos definem a forma dos processos espaciais* com o intensificar-se, como afirma CASTELLS (1999), da propensão do *espaço de fluxos se sobrepor ao espaço de lugares*.

1 TRAUÁ 1999; BRUSCO - PABA 1997, pp.268

2 Segundo MARSHALL, A 1975 [1879] *Principles of Economics*, Macmillan, London: "A pequena fábrica, independente do número, se encontra em desvantagem em relação às grandes, a menos que estas estejam adensadas em um único distrito. Portanto, torna-se oportuno considerar as vantagens da localização da atividade produtiva" (Tradução da autora).

3 Seguindo a trilha de Marshall, G. BECCATINI propôs de chamar estas aglomerações de '*distretti industriali*' mas, em origem as terminologias eram tantas incluindo o 'campo urbanizado', 'área sistema', 'sistemas produtivos locais', 'clusters' ou seja 'cachos ou constelações' de empresa. Para uma discussão sobre as sutis diferenças conceituais entre estas denominações, ver AMARAL FILHO 2000.

4 Sobre o conceito de meio de inovação, ver os trabalhos organizados principalmente por Philippe AYDALOT e Robert CAMAGNI do *Gruppe et Recherche sur les Milieux Innovateurs* (GREMI).

Da mesma forma, a organização do trabalho praticada no distrito se caracteriza fortemente por aspectos informais, estando baseada na concomitância entre concorrência e colaboração, consentindo de conjugar os benefícios da especialização manufatureira com aqueles da coordenação realizada não em uma base hierárquica segundo aquela praticada na empresa individual mas sobre uma base territorial.

Este contexto distingue a 'pequena empresa isolada' dos 'sistemas distritais de pequenas empresas', interpretando o distrito industrial e o seu território, e não o setor ou as pequenas empresas individuais como a unidade de análise mais apropriada para a compreensão desta realidade.

Vários foram os autores que se interrogaram sobre o sucesso italiano desta particular forma de organização. Para SIGNORINI (2000), a prevalência das médias e pequenas empresas e a forte especialização em setores manufatureiros tradicionais coloca a Itália em uma posição próxima àquela dos países em desenvolvimento com uma produção caracterizada pela baixa intensidade de capital e, em muitos casos, de baixo conteúdo tecnológico, não obstante a estrutura salarial típica dos países mais avançados. Não é fácil, segundo o autor, explicar em termos estritamente econômicos o porquê de a Itália ser assim tão diferente dos outros países economicamente mais avançados.

É difusa a opinião de que os motivos desta peculiaridade devem ser pesquisados mais na História, na Antropologia Cultural ou na Sociologia e menos nas condições econômicas em sentido estrito. Determinados traços culturais e sociológicos endógenos e peculiares estavam externalizando, do ponto de vista destes economistas, uma particular estrutura de vantagens comparativas⁵.

Neste foco, os distritos industriais podem ser vistos como lugares, nos quais os custos das transações externas são limitados, presumivelmente graças à presença de uma específica 'externalidade', que a literatura sobre os distritos individua no *capital social*, ou seja na existência de relações de confiança baseadas na especialização produtiva e nos valores culturais e identidades locais.

O elemento atinente a especialização produtiva gera um *corpus* de conhecimentos técnicos e comerciais especializados, que influencia e facilita o entendimento sobre normas de comportamento e aprendizagem compartilhadas. E a identidade local, o sentimento de pertencer à coletividade, cria um clima favorável ao instaurar-se de relações de confiança recíprocas que termina por promover a celebração dos contratos em uma ambiência de 'mercado comunitário'.

Algumas versões, como aquela apresentada por TULLIO ALTAN (1989) e do próprio PUTNAM (1996), nos remetem a uma tentativa de compreensão da intrincada teia de relações, que forma o universo italiano, para fora dos moldes das normas impessoais e abstratas que marcaram as sociedades que vivem de acordo com os princípios liberais da cultura anglo-saxônica, "*pebaquisas pessoas buscam seus próprios objetivos e resistem ao cooperativismo em grandes comunidades*" (FUKUYAMA, 1996).

Como bem situa SIGNORINI (2000), a leitura em chave econômica desta versões se conecta à discussão dos mecanismos que sobrecarrega acentuadamente os problemas de controles, de 'cima para baixo', típicos das grandes organizações burocráticas. Relativamente, o autor deduz que nestes tipos de contexto,

é obviamente mais eficiente a produção realizada em pequenas unidades organizacionais baseadas em um controle informal, de 'baixo para cima', e personalizado (no caso extremo, limitado à família nuclear) do que aqueles praticados nas economias de escala.

De forma mais geral, continua SIGNORINI, a suposição da predominância de atitudes individualistas, conjugadas a laços familiares mais intensos, pode representar um fator de estímulo para o espírito empreendedor, seja pelas vias da relutância dos indivíduos a aceitarem as regras do jogo das organizações burocráticas, seja porque a família, como rede de segurança, constitui um mecanismo implícito de garantia e confiança, capaz de atenuar os riscos insitos na atividade empreendedora⁷.

5 Sobre esta discussão ver também PUTNAM, 1996 e FUKUYAMA, 1996

6 In SIGNORINI, F. 2000 p. XVII (Tradução da autora)

7 Sobre as ligações entre cultura familiar e estrutura econômica ver FUKUYAMA 1996, especificamente na Itália ver o capítulo 10.

Estas discussões revelam *outros elementos que põem acento na existência de um clima social favorável ao empreendedorismo* caracterizado por maior flexibilidade interna e externa, com freqüentes passagens da condição de trabalhador dependente para aquela de empreendedor ou autônomo, impulsionando, conseqüentemente, o nascimento de empresas que, segundo as estatísticas, apresentam esperanças de vida mais elevada do que aquelas originadas fora do distrito (SOLINAS, 1996; BRUSCO – PABA, 1997).

Por outro lado, a fluida mobilidade entre e intra os distritos, as empresas e as pessoas, se exprime como um canal privilegiado de comunicação, circulação, processamento da aprendizagem coletiva através a troca de experiências e conhecimentos contextuais (não codificados e nem transferíveis) representando por fim a base ‘tecnológica’ dos distritos industriais⁸.

Conclui-se este item com uma questão na qual se inclui uma resposta: não é uma alta forma de ‘democracia econômica’ aquela em que o trabalhador em um processo de aprendizagem se transforma em um técnico, depois em um colaborador do empreendedor e, enfim, se transforma ele mesmo em um empreendedor, valorizando assim os próprios conhecimentos e desenvolvendo uma nova atividade, muitas vezes de elevado conteúdo inovador? Esta é uma regularidade nos distritos industriais italianos. Como exemplo, citamos dois setores relativamente ‘pobres’ em termos de valor agregado, mas que souberam introduzir processos produtivos extremamente avançados: o distrito da região de *Mantova – Castel Goffredo*, hoje líder mundial no setor de meias femininas, que nasceu da falência de uma grande empresa e cujos operários após se juntarem decidiram ‘tocar para frente’ a produção e hoje são os proprietários da empresa líder. Sucessivamente, desta empresa líder se destacaram outros operários que se transformaram, por sua vez, em empreendedores. Um outro símile exemplo é aquele do distrito da região de *Brescia – Luzzane*, do setor metal-mecânico, que produz as torneiras sanitárias e as válvulas hidráulicas em bronze e metal de elevada qualidade e *design*.

Estas conotações econômicas e sócio-culturais consolidadas na comunidade nos conecta ao fenômeno

de caracterização dos distritos industriais que doravante se configurará como foco do presente estudo: a *complementaridade entre vida social e vida econômica*.

2 O Capital social

PUTNAM (1996), fundamentado na lógica da ação coletiva e no conceito de ‘capital social’, explica a experiência italiana a partir da noção de ‘comunidade cívica’ que se caracteriza *por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração*.

Como se sabe, o ‘civismo’ define uma situação na qual o hábito de adotar comportamentos construtivos se estende do âmbito familiar estreito para aquele da coletividade local. Instaura-se, conseqüentemente, no âmbito coletivo, um equilíbrio cooperativo, baseado não em normas abstratas, mas em comportamentos não explicitamente codificados, ligados à identidade local e à interação direta de pessoas conhecidas tanto no mercado dos produtos como fora destes.

As regiões italianas dotadas de maior taxa de ‘civismo’, segundo PUTNAM, são também aquelas onde nasceu originariamente o maior número de distritos industriais.

PUTNAM caracteriza o capital social de uma comunidade, mais especificamente, pelo fato de se constituir um bem público, que facilita a cooperação espontânea multiplicando-se em diferentes formas e manifestações como as ‘regras de reciprocidade’, as ‘redes de relações sociais’, os ‘sistemas de participação’ e a ‘confiança’.

Ao se referirem à experiência do ‘contexto favorável’, BRUSCO e SOLINAS (1997) acentuam que a participação:

- a) realiza-se essencialmente através a confiança e somente depois através as regras;
- b) baseia-se mais nos processos informais e menos naqueles formais.

A idéia principal, segundo BRUSCO e SOLINAS (1999), é que nos distritos industriais aquilo que rege

⁸ Sobre esta discussão ver BECCATINI, 1991 pp.56-7

práticas difusas de colaboração e possibilita a participação é um *opus* complexo de regras – um código de confiança – que conforma os comportamentos dos atores. Este código de confiança envolve tanto as questões relacionadas à vida nos lugares de trabalho como, de forma mais geral, as condições externas, a vida associada.

Segundo os autores não é suficiente um 'clima' favorável; as empresas distritais devem ocupar-se e preocupar-se com o seu 'capital social'. A este ponto retornamos a PUTNAM, quando acentua que, para haver estabilidade política, boa governança e mesmo desenvolvimento econômico, o capital social pode ser tanto ou até mais importante do que o capital físico.

LOCKE (1995 in AMORIM, 1998) entende o sucesso dos distritos industriais das regiões do nordeste italiano, através do movimento de uma intrincada *micropolítica*, baseado não tanto na quantidade de associações, como sublinha PUTNAM, mas na *intensidade do inter-relacionamento desses grupos que decide as ações em favor do desenvolvimento local*

Neste intenso movimento *micropolítico*, os relacionamentos entre os sujeitos evoluem *versus* um modelo não de tipo hierárquico, mas contratual e negociado. Visando os *'interesses'* comuns, o coletivo de atores locais auto-organizados, como protagonistas, marca presença ativa nas transformações que ocorrem no ambiente possibilitando a formação do capital social, mobilizando-se e articulando-se em grupos, associações e envolvendo-se em uma aprendizagem contínua e cooperativa decorrente da construção do sentido comunitário e da geração e difusão de conhecimentos.

Obviamente, não se pretende sustentar que a organização produtiva distrital seja exclusivamente o produto de interações sociais de um tipo particular. Esta nasce de uma convergência de externalidades, algumas mais tradicionais (infra-estrutura), outras por conta de modelagens com foco na localização (mercados espessos) mas a ênfase neste estudo ilumina em direção às discussões culturais e sócio-políticas.

São muitos os autores que insistem na transformação local das estruturas locais a partir da criação, gestão e animação do capital social. É evidente a importância da formação do capital social para o fortalecimento da democracia ou seria mais oportuno falar da *admadã!*?

Os 'distritos industriais' são portadores de uma significativa combinação de 'criatividade econômica e empreendedora' e de 'coesão social' (CURZIO, 1999). Estes representam clara demonstração que o desenvolvimento econômico mais radical e válido é aquele que nasce do tecido econômico – social e não através a pura e simples intervenção estatal. O autor explica que a história italiana esteve sempre narrada através um Estado centralizador e interventor e que viu nascer de forma surpreendente importantes atividades empreendedoras feitas de médias e pequenas empresas que não gozaram de apoio público e que, não obstante, souberam se afirmar no mercado internacional onde a competição é realmente global.

Formulamos a hipótese de que um (re)equilíbrio das regiões só será alcançado por meio de um encorajamento das iniciativas e dinâmicas regionais que sejam ao mesmo tempo endógenas e abertas para o mundo. A condição necessária é aquela de valorizar e criar uma sinergia entre as competências, os recursos e os problemas locais em vez de submetê-los aos critérios, às necessidades e às estratégias dos centros dominantes. 'A organização do território passa pela do laço social'.

3 O Desenvolvimento local e o espaço público

A 'teoria dos distritos' até agora teve dificuldade de dialogar com outras correntes teóricas, em particular aquela do 'crescimento endógeno', do 'desenvolvimento regional' e da 'localização tradicional' com as quais compartilha em parte o objeto abstrato de estudo.

AMARAL FILHO (2000), ao discutir a 'endogeneização' das estratégias de desenvolvimento regional e local põe, em debate o fato de que, do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como

...um processo de crescimento econômico implicando bem numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção e o excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do

*produto e da renda do local ou da região
mais ou menos definidos dentro do modelo
específico de desenvolvimento
regional (p.2)*

Comentando a atual posição privilegiada ocupada pela 'economia regional' no âmbito da ciência econômica, analisando as 'novas teorias de crescimento endógeno' e as recentes conotações dadas aos 'fatores locacionais', o autor, revisitando por um lado ARTHUR (1994 in AMARAL FILHO 2000) e KRUGMAN (1991 in AMARAL FILHO 2000) e por outro os economistas evolucionistas e institucionalistas (BECCATINI, PYKE, SENGENBERGER, SCHMITZ, GAROFOLI, etc.), salienta que o aspecto novo deste debate:

(...) traz à luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, na refutação do indeterminismo [ou do excesso de determinismo] inibido tanto pelas ações do intervencionismo centralizado quanto pelas forças totalmente livres do mercado] do processo de desenvolvimento regional ou local, isto podendo ser visto através do papel da 'história' como também através das 'antecipações' e das 'ações dos protagonistas locais' (...) que atuam na ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais, de tal forma que acabam nas mãos destes o destino da economia local ou regional. (p.5)

A acentuação de AMARAL FILHO ao papel da 'história' e das 'antecipações' e 'ações' dos protagonistas locais na ampliação do espaço público local vem de encontro à colocação de GAROFOLI (1999) quando afirma que o modelo de desenvolvimento endógeno está baseado na produção da *social capability* no nível da comunidade de empresas e das instituições que operam no âmbito local através a progressiva construção das seguintes características e capacidades:

a) utilização dos recursos locais (trabalho, capital historicamente acumulado a nível local, empreendedorismo, conhecimentos específicos sobre processos de produção, profissões específicas, recursos materiais);

b) capacidade de controle a nível local do processo de acumulação;

c) controle da capacidade de inovação;

d) existência de (e capacidade de desenvolver as) interdependências produtivas, seja do tipo intra-setorial que intersetorial a nível local.

Ainda segundo GAROFOLI, desenvolvimento endógeno não é sinônimo de fechamento para o externo, que implica o gradual relacionar-se com o externo (com os mercados externos e com a produção de conhecimentos e tecnologia que são produzidas ao externo do sistema local). Enfim, GAROFOLI lista os seguintes significados do desenvolvimento endógeno:

a) capacidade de transformação do sistema econômico-social;

b) capacidade de reação aos desafios externos;

c) capacidade de introduzir formas específicas de regulação social a nível local que favoreçam os pontos já listados.

Em outros termos, o desenvolvimento endógeno diz respeito à capacidade de inovação (e produção da "inteligência coletiva") no plano local.

4 Uma política para os distritos?

O evidente sucesso econômico que o modelo distrital consentiu para amplas áreas do Norte-est-centro⁹ da Itália, bem como em outras regiões do mundo (DI TOMMASO e RABELLOTTI, 1999), estimulou o interesse de estudiosos de políticas públicas sobre as possibilidades de extensão desse modelo de desenvolvimento.

SCHMITZ (1999), RABELLOTTI (1997), discutiram amplamente sobre a difusão de aglomerações do tipo distrital nos países em desenvolvimento; TENDLER (2001) e AMORIM (2001), mais recentemente, apresentaram algumas experiências em desenvolvimento no nordeste brasileiro sobre a difusão de *cluster* de pequenas e médias empresas caracterizados segundo a competitividade e capacidade de crescimento.

⁹ BAGNASCO (1977) cunhou o conhecido termo 'Teza Italia' e FUÁ (1983) mais recentemente, definiu a mesma região pela terminologia, muito menos usada, NEC Nord-est-centro.

Porém, é difícil encontrar na experiência e literatura elementos que testemunhem a favor da possibilidade de induzir a formação de um distrito por meio de específicas normas administrativas ou por efeito de uma deliberada política de incubação.

Em geral, como apontam vários autores, entre eles MOUSSANET e PAOLAZZI, (1992) e BRUSCO (1989), os distritos surgiram espontaneamente e muitas vezes inesperadamente, em áreas periféricas, relativamente longe das grandes cidades e dos grandes empreendimentos industriais que são os maiores destinatários da ajuda pública.

As condições de emergência das aglomerações distritais parecem ser a existência de um específico *know-how* local ligado à evolução de uma tradição artesanal local, ao amadurecimento de formas embrionárias de competências empreendedoras conectadas, por exemplo, ao comércio ambulante, ou ainda, em decorrência do adensamento das relações entre fornecedores e sub-contratações em torno de uma ou poucas empresas, ou ainda, sob o estímulo (ou como algumas vezes como resposta a crise) de grandes empresas locais.

Porém, uma questão recorrente de políticas públicas encontrada na literatura, sobre a questão do desenvolvimento de médias e pequenas empresas em base territorial, relaciona-se mais com os governos locais e menos com aquele central. O cerne da questão faz referência aos aspectos culturais, em sentido lato, do que a específicos instrumentos de intervenção.

A administração local, os partidos políticos e as instituições e associações sociais são, segundo os textos clássicos desta literatura (TRIGILIA 1986, 1991), uma parte importante do clima do distrito; a interação da administração com as forças empreendedoras, baseada em uma comum identidade e uma co-divisão de valores, pode ser determinante.

A política industrial em favor dos distritos sugerida por BECCATINI (1998) ou em BRUSCO (1991) consiste não tanto em uma específica intervenção normativa, quanto em um conjunto de ações atinentes a várias esferas de atividades do governo local (infra-estrutura, serviços, formação, planejamento territorial etc.); e principalmente, a uma necessidade básica, de configurar e fortalecer redes locais, valorizar o trabalho e as competências culturais e intelectuais antecedendo ou (no mínimo) concomitantemente ao capital físico.

Em sintonia com este modo de pensar, se exprimia também FUÁ (1983): o papel das instituições locais e regionais é aquele de catalisador de iniciativas favoráveis ao desenvolvimento.

A variável mais importante não é a política industrial em si, mas a cultura e a sociabilidade como condição *sine qua non* para o sucesso econômico. Da criação deste clima social de colaboração e participação depende, em última instância, a qualidade dos produtos e a competitividade nos mercados.

O papel das instituições locais e regionais é aquele de catalisador de iniciativas favoráveis ao desenvolvimento, colocando em foco as ações específicas que as organizações privadas e públicas podem realizar a fim de promover os 'distritos industriais'.

Nos distritos do nordeste italiano, BRUSCO (1989) resalta que a existência de relações construtivas entre empresas, sindicatos e entidades locais remonta a muito antes do aparecimento de qualquer projeto de lei com o intuito de encorajá-las. O mesmo afirma SCHMITZ (1999) em relação as ações coletivas, espontâneas e locais que emergiram nos distritos dos países em desenvolvimento, dando vida a modelos inovadores de se pensar as empresas. Porém, é duvidoso que a emergência desta rede de relações seja o suficiente se não existem iniciativas locais para desfrutá-las em modo correto.

5 Os Processos de *clustering* e os territórios produtivos emergentes

São muitos os autores que estudaram os processos de *clustering* (SCHMITZ e NADVI, 1999) de médias e pequenas empresas, em áreas periféricas ou em desenvolvimento, como um processo de industrialização 'de baixo para cima', a partir da emergência das potencialidades sócioeconômicas e culturais originais da região. A própria experiência italiana está em conexão com a experiência que envolve a região central do Continente europeu, espaço territorial conhecido como 'Arco Alpino', que abrange a Suíça, a Áustria, parte da Alemanha, parte da França e o nordeste italiano.

Segundo AMORIM (1998^a) os processos evolutivos de formação de um *duster* pode ser representado conforme o diagrama a seguir:



Considerando as quatro fases indicadas neste diagrama por AMORIM, poderemos sobrepor, entre suas fronteiras, as três fases descritas por GURISATTI (1999) sobre o processo das transformações de uma aglomeração setorial em um distrito industrial:

1. Entre as fases de 'pré-cluster' e 'cluster emergente' encontra-se a fase de 'contaminação,' na qual o território já dotado de uma matriz produtiva e institucional passa a estabelecer uma relação de troca com o ambiente externo seja através de instituições ou empresários;

2. A fase de 'incubação', que se coloca nos limites entre a fase de 'cluster emergente' e aquela de 'cluster em expansão', privilegia a formação de grupos de atores que se tornarão massa crítica dando sustentabilidade à fase de desenvolvimento posterior.

3. 'Big-bang da rede'. Esta fase se situa entre as fases de 'cluster em expansão' e 'cluster independente'. Caracteriza-se por um processo consistente e dinâmico ("caótico") no qual acentua-se, através da imitação, a competição no interior do território. Nesta fase, segundo GURISATTI, os agentes tendem a desenvolver projetos empreendedores próprios integrados às atividades comunitárias.

No âmbito teórico-metodológico, o 'macroconceito' amplamente discutido por MORIN (1998, 1996), na sua 'epistemologia da complexidade', explica os princípios subjacentes a este novo modo de organização produtiva e seus processos ao articular os seguintes conceitos limites:

- a) sistema- exprime a unidade complexa e o caráter fenomenal do todo, assim como o complexo das relações entre o todo e as partes.
- b) interação- exprimindo o conjunto das relações, ações e retroações que se efetuam e se tecem num sistema e;
- c) e o conceito de organização- que exprime o caráter constitutivo dessas interações - aquilo que forma, mantém, protege, regula, rege, regenera-se - e que dá a idéia de sistema à sua coluna vertebral.

Segundo MORIN, essa rede semântica e os fenômenos sociais a ela associados refletem uma conotação plurívoca com uma dinâmica pluridirecional que se organiza não só a partir de um centro de comando - decisão (Estado, Governo), mas também através de vários centros de organização (os governos locais, municipais) e de interações espontâneas entre grupos de grupos de indivíduos (a sociedade, a comunidade), sugerindo diferentes caminhos ou pelo menos mais complexos. Estas organizações são complexas porque são, a um só tempo:

- acêntricas: funcionam de uma maneira caótica por interações espontâneas;
- policêntricas: possuem muitos centros de controle, ou organizações;
- cêntricas: dispõem, ao mesmo tempo, de um centro de decisão.

Considerando esta complexa organização, nos perguntamos junto a GURISATTI: quem projeta a organização de um distrito? Qual o percurso ou percursos possíveis para contaminar um território, desenvolver um processo de incubação e provocar de forma intencional a reação endógena do *big bang*?

Segundo o autor, a organização italiana dos distritos industriais não foi planejada intencionalmente, porém, se distingue neste processo 'a mão invisível da comunidade':

(...) as instituições locais fecundaram, sem dúvida, o território, estabelecendo as bases para a criação de bens públicos essenciais (como a confiança, a harmonia social, certos padrões tecnológicos e de mercado e uma cultura difusa de trabalho e risco). (1999 p. 95)

A este ponto, nos questionamos que tipo de ações ou conjunto de ações podem ser concretizadas no intuito de fazer desencadear este processo e elevar, por exemplo, a condição de isolamento característico, da fase de pré-cluster, para um posterior momento de formação e desenvolvimento baseado, por exemplo, na mobilização do capital social e na solução de problemas simples ("a gota d'água") mas, decisivos para o despertar do processo.

Algumas potencialidades são apontadas pelos especialistas como a base para o desenvolvimento de um trabalho de fortalecimento e promoção das aglomerações produtivas embrionárias locais, como, por exemplo:

- quando as comunidades locais apresentam histórias, tradições, valores, culturas e religião em comum;
- a existência de vocações tradicionais e atividades econômicas já praticadas por estas comunidades e;
- uma presença institucional local e legítima.

Com a intenção de trazer à discussão um projeto focalizado, visando a ações integradas de suporte regional sobre objetivos de desenvolvimento compartilhado no plano local a partir dos recursos disponíveis na região, relatamos a seguir alguns recortes de uma experiência, fundamentada no desenvolvimento endógeno, que está sendo desenvolvida pelo grupo de pesquisadores do Centro de Estratégias de Desenvolvimento - (CED) do Governo do Estado do Ceará. Baseada em uma política formulada consoante uma estratégia incremental e através um levantamento em campo, segundo métodos variáveis, se colocou em movimento um processo que desencadeou rapidamente alguns primeiros resultados a partir da identificação e localização no território de aglomerações embrionárias de médias e pequenas empresas (MPEs), os assim chamados 'Núcleos Produtivos Locais' - (NPLs).

O sentido da diagnose atribuído a esta atividade configurou-a como uma 'pesquisa - intervenção' ativando coerentes instrumentos de contatos e trocas com as instituições presentes no território, na formação e fortalecimento de redes locais, na investigação de soluções conjuntas para os problemas comuns e na organização dos atores produtivos para a participação em situações específicas (AMORIM, 2001).

Como efeito, se releva deste trabalho a sua importância sistêmica, ao promover, através um processo de aprendizagem cooperativa baseado em um conjunto de ações coordenadas, uma ambiência comunitária favorável à emergência explícita desses territórios produtivos, conforme explica AMORIM ao referir-se à espiral decorrente dos processos de conhecimentos advindos das complementaridades percebidas entre a vida nos lugares de trabalho e a vida associada e entre as vantagens resultantes da especialização produtiva:

(...) a especialização, além de aumentar a escala de produção de cada empresa,

favorece, a produção compartilhada, o que, por sua vez, estimula a cooperação. Essas relações sociais passam a fazer parte do processo de produção, e assim, dão origem à formação de um tecido sócio-produtivo, onde os agentes se especializam, cooperam, trocam informações, aprendem e compartilham de um projeto com um rod desenvolvimento do conjunto das empresas. (...) Quando várias MPEs de um determinado espaço geográfico se especializam em tarefas distintas, as condições de complementaridade passam a setonar explícitas (idem, p.4).

Conforme o quadro abaixo, na primeira fase da pesquisa foi possível identificar cerca de trinta aglomerações de MPEs no Estado. As principais informações levantadas desses NPLs, segundo AMORIM, dizem respeito:

- ao número de unidades produtivas integrantes;
- aos principais produtos, números de empregos criados, produção e faturamento;
- ao papel do NPL na economia local;
- às estratégias de sobrevivência, dinâmica e possibilidades de crescimento, fatores que impedem o crescimento, e
- à identificação de medidas que venham a contribuir para a expansão sustentável dos negócios dos núcleos

Núcleos Produtivos Locais Identificados - 1ª FASE

NPL	Município	População ¹⁰	Atividade produtiva	Número de Produtores ¹¹	Número de empregos diretos ¹²
01	Marco	20.421	Produção de movéis	23	511
02	Iguatu	85.737	Produção de movéis tubulares	5	372
03	Bela Cruz	28.371	Produção de movéis	18	143
04	Morada Nova (Distrito de São João do Aruaru)	64.394	Produção de movéis de madeira	15	40
05	Tabuleiro do Norte	26.936	Metal-mecânico	46	200

10 Dados do Censo 2000.

11 Estimativas baseadas nas pesquisas de campo realizadas pelo CED.

12 idem.

NPL	Município	População ¹⁰	Atividade produtiva	Número de Produtores ¹¹	Número de empregos diretos ¹²
06	Tabuleiro do Norte	26.936	Produção de doces	4	65
07	Tabuleiro do Norte	26.936	Confecções	6	80
08	Jaguaruana	29.735	Produção de redes	252	1000
09	Frecheirinha	11.808	Confecções	18	500
10	Horizonte	33.789	Produção de Mel	3	134
11	Limoeiro do Norte	49.394	Produção de mel	41	41
12	Limoeiro do Norte (Chapada do Apodi)	49.394	Fruticultura irrigada	65	950
13	Aracati	61.146	Produção de camarão em cativeiro	37	700
14	Aracati	61.146	Artesanato	343	350
15	Itaíçaba	6.576	Artesanato de palha	380	380
16	Acarape	12.921	Confecções	04	513
17	Jaguaribe	35.053	Produção de queijos	30	200
18	Morada Nova	64.394	Produção de leite bovino	2400	7304
19	Irauçuba	19.563	Produção de redes	410	410
20	Montinhos	17.921	Confecções	14	140
21	Icapuí	16.051	Lagosta	350	2450
22	Irauçuba	19.563	Artesanato (bordados)	800	800
Total				4964	17823

Fonte: extraído do Documento intitulado "O caminho para os clusters: a experiência do Ceará" apresentado institucionalmente ao Centro de Estratégias de Desenvolvimento (CED) do Governo do Estado do Ceará.

Considerando que a orientação das ações ao cliente induz lógicas de integração calibradas sobre as necessidades específicas de um território, resgatando as ideias de sinergia e espaço, segundo AMORIM (2001), os resultados desses estudos apontam para a evidência de que:

as intervenções destinadas a apoiar esses núcleos devem ser constituídas caso a caso, de forma "customizada", ao invés de propostas genéricas com pretensões de aplicação universal. Fica clara a necessidade de realização de estudos sobre a realidade individual desses núcleos. A identificação das barreiras específicas que constituem fatores impeditivos para o crescimento dos núcleos deve estar na base de medidas destinadas a promovê-los. Soluções customizadas, via de regra,

implicam em intervenções minimalistas e de grande efetividade, e assim evitam desperdícios de recursos decorrentes de ações que não alcançam de fato a raiz do problema de ausência ou fraco crescimento. (p.8)

Esta metodologia, segundo a autora, é oposta àquelas comumente encontradas nos programas criados de suporte às médias e pequenas empresas no Brasil. Em geral, nestes programas se encontram práticas baseadas em:

- um entendimento da identidade da média e pequena empresa como uma miniatura de uma empresa de porte grande com todas as conseqüências daí advindas;
- uma ênfase ao caráter social e em contraposição ao econômico;
- uma não consideração da média e pequena empresa como agentes eficientes de produção, capazes de acelerar o crescimento e obter ganhos de competitividade para a economia nacional;
- na promoção de médias e pequenas empresas sem distinção, isoladas e desvinculadas de sua base territorial e cultural;
- na desconsideração que o modelo de desenvolvimento baseado na organização das médias e pequenas empresas com foco no território, possibilita que uma parcela bem maior de indivíduos (médios e pequenos empreendedores) participe diretamente dos resultados econômicos, imprimindo a esse modo de desenvolvimento um cunho socialmente mais justo, sem deixar de ser eficiente.

Em um segundo momento da referida pesquisa se auspica ao mapeamento de informações de natureza qualitativa, base para a elaboração de projetos tendo em vistas, por exemplo: a compreensão da natureza das relações institucionais, comunitárias e forças empreendedoras, o papel das culturas e subculturas locais, os mecanismos de geração, acumulação e circulação de conhecimentos bem como a relação ecossistêmica das empresas – território.

6 Conclusão

A partir da consideração, como exemplo heurístico, da organização italiana das médias e pequenas empresas – os assim chamados 'distritos industriais' - o ensaio discutiu algumas das suas características mais

abrangentes com base nas quais as políticas públicas de promoção social e econômica possam enleiar-se.

Entre os pontos discutidos, destacamos que os distritos industriais, podem ser definidos como uma forma específica de organização industrial e que se adaptam em modo particular a certos tipos de produção e a certas circunstâncias. Por outro lado, não existe um tipo ideal de distrito: os elementos idiossincrásicos fazem parte do próprio contexto. Os distritos não são uma concentração local de indústrias, mas um espaço onde ocorre uma real interação entre as firmas locais e entre estas e as demais instituições. Nestes espaços a economia se move através da cooperação e as idéias e informações fluem mais facilmente através os canais de comunicação formais e informais, estimulando a inovação. Os sistemas produtivos locais podem ajudar as médias e pequenas empresas a competir, em igual posição das grandes empresas, no âmbito global.

Em um segundo momento, considerando a interface de dois modelos (AMORIM, 1998^a; GURISATTI, 1999) e refletindo os princípios subjacentes a este novo modo de organização produtiva e seus processos, a partir do 'macroconceito' discutido por MORIN (1998, 1996), seguiu-se um percurso evolutivo ao interno do qual foi possível distinguir as diferentes formas de organização no processo de desenvolvimento de um sistema distrital.

Por fim, foram discutidas algumas idéias e hipóteses de experimentação para a elaboração de projetos a partir do relato da experiência, ainda em realização, pelo Centro de Estratégias de Desenvolvimento (CED) do Governo do Estado do Ceará, de identificação e localização, conforme uma estratégia incremental, dos 'núcleos produtivos locais' (NLPs) e da sua importância sistêmica, ao promover, através um conjunto de ações coordenadas, uma ambiência comunitária favorável à emergência dos territórios produtivos.

Concluimos que uma política da parte dos poderes públicos, de coletividade locais, de associações de cidadãos e de grupos de empresários pode melhor conectar os territórios produtivos locais ao desenvolvimento ecossistêmico das regiões, explorando ao máximo as suas potencialidades, através da conjugação: da valorização e criação de sinergias entre as competências locais; da organização das complementaridades entre recursos e projetos; das trocas de saberes e de experiências, da formação de redes de ajuda mútua; da auto-organização das comunidades

locais; da maior participação dos atores e da população em geral nas decisões políticas; da abertura para novas formas de especialidades e parcerias como meios para viabilizar o desenvolvimento local da região.

Bibliografia

AMARAL FILHO, J. 2000 – *A Endogeneização das Estratégias de Desenvolvimento Regional* Fortaleza. (nobre)

AMORIM, M.A 1998^a – '*Clusters*' como Estratégia de Desenvolvimento Industrial no Ceará. Banco do Nordeste, Fortaleza.

_____ 2001 – *O Caminho para os clusters: a experiência do Ceará*. Documento apresentado institucionalmente ao Centro de Estratégias de Desenvolvimento (CED). Governo do Estado do Ceará, Fortaleza.

BAGNASCO, A 1977 - *Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*, il Mulino, Bologna

BARCA, F.; MAGANANI, M. 1989 - *L'industria fra capitale e lavoro*, il Mulino, Bologna

BECCATINI, G. 1978 - *Dal 'settore' industriale al 'distretto' industriale. Alcune considerazioni sull'unità d'indagine dell'economia industriale*, in "Rivista di economia e politica industriale", 1

_____ 1987 - *Mercato e forze locali: il distretto industriali*, il Mulino, Bologna

_____ 1991 - *Il distretto industriale marshalliano come concetto socio-economico*, in *Distretti industriali e cooperazione fra imprese in Italia*, F.Pyke, G.Beccatini e W.Sengerberger (organizadores), in "Quaderni di Studi e Informazioni", 34.

_____ 1998 - *Distretti industriali e made in Italy*, Bollati Boringhieri, Torino

BECK, U. 1999 - *O que é globalização? Equívocos do globalismo e respostas à globalização*, Paz e Terra, São Paulo

BRUSCO, S. 1989 - *Piccole imprese e distretti industriali*, Rosenberg&Sellier, Torino

_____ 1986 - *Small firms and industrial districts: the experience of Italy*, in *New firms and regional*

- development. Organizado por D. Keeble e E. Wever, Croom Helm, London (Tradução italiana: *Piccole imprese e distretti industriali: l'esperienza italiana*, in Brusco 1989)
- _____ 1989 - *Piccole imprese e distretti industriali*, Rosenberg & Sellier, Torino
- _____ 1991 - *La genesi dell'idea di distretto industriale*, in Pyke e altri 1991
- BRUSCO, S.; PABA, S. 1997 - *Per una storia dei distretti industriali italiani dal secondo dopoguerra agli anni novanta*, in: *Storia del capitalismo italiano dal dopoguerra a oggi*, F. Barca (organizador), Donzelli, Roma.
- BRUSCO, S.; SABEL, C.F. 1981 - *Artisan production and economic growth*, in *The dynamics of labour market segmentation*. Organizado por F. Wilkinson, Academic Press, London, pp. 99-113. (Tradução italiana in Brusco 1989)
- BRUSCO, S.; SOLINAS, G. 1999 - *Partecipazione necessaria e partecipazione possibile*, in: *L'impresa al plurale*. Quaderni della Partecipazione, n. 3/4, Milano, Franco Angeli, p. 411-428
- BRUSCO, S.; SOLINAS, G. 1997 - *Competitività e partecipazione. Una proposta di politica del lavoro* Il Mulino, Bologna
- CASTELLS, M. 1999 - *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. V.1 Paz e Terra, São Paulo
- CURZIO, Q.A.A 1999 - *La Costituzione Economica e la Dinamica Economica Italiana: il contrasto tra dirigismo lavorista e sviluppo con mercato*, in: *L'impresa al plurale*. Quaderni della Partecipazione, n. 3/4, Milano, Franco Angeli, p. 125 -147
- DE MASI, D. 2000 - *A sociedade pós industrial*. Ed. SENAC, São Paulo
- DI TOMMASO, M.R. - RABELLOTTI, R. 1999 - *Efficienza collettiva e sistemi di imprese. Oltre l'esperienza italiana*, il Mulino, Bologna
- DRUCKER, P. 1993 - *Sociedade pós capitalista*, Pioneira, São Paulo
- FUÀ, G. 1983 - *L'industrializzazione nel Nord Est e nel Centro*, in Fuà - Zacchia (organizadores) *L'industrializzazione senza affatture*, il Mulino, Bologna 1983
- FUKUYAMA, F. 1996 - *Confiança. As virtudes sociais e a criação da prosperidade*, Rio de Janeiro, Rocco
- GAROFOLI, G. 1982 - *Le aree-sistema in Italia*, in "Politica e Economia", 11
- _____ 1999 - *Lo sviluppo locale: modelli teorici e comparazioni internazionali*, Meridiana, n. 34/35
- GIDDENS, A 1997 - *A vida em uma sociedade pós-tradicional*, in BECK, U. GIDDENS, A
- GURISATTI, P. (1999) - *On the rise of the industrial model in the northeast of Italy*, in: *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos. O caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro, DP&A, p. 77-99
- HARVEY, D. 1993 - *Cartão pós-moderna*, Loyola, São Paulo
- LASCH, SCOTT *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 73-133
- LYOTARD, J-F. 1989 - *La condition postmoderne*. Tradução por Mariano Antolin Rato, Catedra, Madri
- LOCKE, R.M. 1995 - *Remaking the Italian economy*, Cornell University Press, New York, in
- AMORIM, M. 1998b - *Desenvolvimento de pequenas empresas no Ceará: um enfoque de demanda*. Iplance, Fortaleza
- MARSHALL, A.; MARSHALL PALEY, M. 1975 [1879] - *The economics of industry (1879)*, Macmillan Press, London. (Tradução Italiana: *Economia della produzione*, G. Beccatini (organizador), Isedi, Milano 1975).
- MORIN, E. 1996 - *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro, Bertrand
- _____ 1998 - *O Método 4. As Ideias. Habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre, Sulina
- MOUSSANET, M.; PAOLAZZI, L. (a cura de) 1992 - *Gioielli bambole e coltelli. Viaggio de "Il Sole 24 Ore" nei distretti produttivi italiani*, Edizioni Il Sole - 24 Ore, Milano
- PYKE, F.; BECCATINI, G.; SENGENDERGER, W. (a cura de) 1991 - *Distretti industriali e cooperazione fra imprese in Italia*, in "Quaderni di Studi e Informazioni", 34

- PIORE, M.J.; SABEL, C.F. 1984 - *The second industrial divide*, Basic Books, New York
- PUTNAM, R.D. 1996 - *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, Rio de Janeiro, Editora Getúlio Vargas (Tradução de: *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press 1993)
- RABELLOTTI, R. 1997- *External economies and cooperation in industrial districts: a comparison of Italy and Mexico*, Macmillan, Basingstoke
- SABEL, C.E.; ZEITLIN, J. 1982 - *Alternative storiche alla produzione di massa*, in "Stato e mercato", 5
- SCHAFF, A 1995 - *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*, Ed. da Universidade Estadual Paulista / Brasiliense, São Paulo
- SCHMITZ, H. 1999 - *Efficienza collettiva e rendimenti di scala*, in Di Tommaso - RabelloTTi 1999.
- SCHMITZ, H.; NADVI, K. 1999 - *Clustering and industrialization: introduction*. In World Development, The American University, vol.27 n. 9
- SIGNORINI, F. 2000 - *L'effetto distretto: motivazione e risultati di un progetto di ricerca*, in Signorini, F. (a cura de) *Lo sviluppo locale. Un'indagine della Banca d'Italia sui distretti industriali*. Roma, Meridiana
- SOLINAS, G. 1996 - *I processi di formazione, la crescita e la sopravvivenza delle piccole imprese*, Franco Angeli, Milano
- TENDLER, J. 2001 - *Transforming Local Economies: lessons from the Northeast Brazilian experience*. Paper preparado sob os auspícios do Projeto MIT / BN (Massachusetts Institute of Technology / Bank of the Northeast)
- TRAÚ, F. (a cura de) 1999 - *La "questione dimensionale" nell'industria italiana*, Bologna, il Mulino
- TRIGILIA, C. 1986 - *Grandi partiti e piccole imprese*, il Mulino, Bologna
- _____ 1991 - *Il lavoro e la politica nei distretti industriali della terza Italia*, in Pyke e altri 1991
- TULLIO ALTAN, C. 1989 - *Populismo e trasformismo. Saggio sulle ideologie politiche italiane*, Feltrinelli, Milano